

SPROC



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

Processo Nº
14243-50.2017.8.06.0182/0



Data - Hora
10/11/2017 - 15:7

Dados Gerais do Processo

5775/17

Número Único	14243-50.2017.8.06.0182/0		
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - CÍVEL		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Ordinário		
Classe	TODAS AS VARAS - 1V/1VJ		
Autuação	10/11/2017 10:43	Volumes	1
Just. Gratuita	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ		

Assunto(s)

SEGURO

Hierarquia: \DIREITO CIVIL\Obrigações\Espécies de Contratos\Seguro

Partes

Requerente : LUZIA ALVES DE BRITO VIEIRA
Rep. Jurídico : 31972 - CE CARLOS ANTONIO BRITO DE OLIVEIRA
Requerido : SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A

5775/17
EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
VIÇOSA DO CEARÁ/CE

PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Viçosa do Ceará
SECRETARIA DA VARA ÚNICA
Recebidos hoje e protocolado sob o n.º 11.128
27 de Outubro de 2017
Diretor da Secretaria

Declaro serem autênticas os documentos reproduzidos e carreadas a esta petição, de acordo com o art. 425, inciso IV do Novo Código de Processo Civil.

LUZIA ALVES DE BRITO VIEIRA, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identificação (R.G.) nº. 96028048606, devidamente inscrita no C.P.F. sob o nº. 506.274.573-04, residente e domiciliada no Sítio Juá dos Vieiras, S/N, Zona Rural - Viçosa do Ceará/CE, Cep. 62300-000, por intermédio dos seus advogados devidamente constituídos, procuração anexa, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE -
DPVAT**

, em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 76, 5º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ, Cep. 20.031-205, pelos fatos e fundamentos que se seguem, para ao final requerer:

1. DOS FATOS

01. Conforme narra o boletim de ocorrência nº 570-1363/2016, anexo, a Requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia 01º de julho de 2016, por atropelamento quando atravessava uma Rua da presente comarca.

02. Como consequência do evento, a requerente adquiriu a debilidade da função do Membro Superior Esquerdo, resultado de Fratura Exposta no Punho Esquerdo, conforme Guia de Atendimento de Emergência expedido pelo Dr. Danilo Conserva Arruda.

03. Com isso, Excelência, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, a Requerente encaminhou o pedido administrativo perante a parte Requerida a fim de receber os valores definidos na aludida lei federal, no seu art. 3º, "II", com a alteração introduzida pela Lei 11.482/2007, uma vez que foi constatada sua invalidez na via administrativa em virtude das sequelas oriundas do grave acidente.

04. A INVALIDEZ DA REQUERENTE FOI PRONTAMENTE RECONHECIDA PELA SEGURADORA NA VIA ADMINISTRATIVA, UMA VEZ QUE NO DIA 19/10/2016 LHE FOI PAGA A QUANTIA DE R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL, SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS).

05. Com isso, resta por demais demonstrados nos presentes autos a inquestionável invalidez permanente da Requerente, sendo questionada nesta oportunidade somente a ilegalidade do pagamento efetuado na via administrativa.

06. Ocorre Exa., que o valor pago não corresponde àquele previsto pela legislação reguladora do Seguro DPVAT, de tal modo que a beneficiária recebeu quantia inferior àquela que deveras tem direito.

07. Tal prática posta em efeito pela Requerida é claramente abusiva e ilegal, motivo este que se faz necessário à intervenção deste Juízo para resolução da presente lide.

2. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

08. Determina o Art. 5º, § 4º, da Resolução nº 109/2004 - SUSEP, que se encontra atualmente e, vigor, o seguinte, *in verbis*:

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4....

§4º Os convênios de que trata o "caput" deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

09. A Requerida em comento, ante o princípio da solidariedade que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está legitimada para figurar no pólo passivo da presente demanda.

10. Demonstrando mais claramente o princípio da solidariedade, prevê o Art. 7º, "caput", da Lei nº 6.194/74, o seguinte, *in verbis*:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

11. Nesse sentido, é o pacífico entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

STJ: "AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 e 356/STF. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7.

- A indenização pelo seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes.

- Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido.

- "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." (STJ-3ª Turma. AgRg no Ag 751535 / RJ).
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
2006/0048090-6. Min. Rel. HUMBERTO GOMES DE BARROS. j. 24/08/2006. DJ 25.09.2006 p. 268).



STJ: DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. VEÍCULOS IDENTIFICADOS. LEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA.

A indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes. Recurso especial conhecido e provido. (STJ-4ª Turma. REsp 602165 / RJ ; RECURSO ESPECIAL

2003/0191609-9. Min. Rel. CESAR ASFOR ROCHA. J. 18/03/2004. DJ 13.09.2004 p. 260)

12.

Logo, indubitosa a legitimidade passiva da Requerida!

3. DO DIREITO

DA OBRIGATORIEDADE E DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

13.

§1º, o seguinte:

Aduz a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, no seu art. 5º,

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal

aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos;



14. Desta forma, a presente exordial está devidamente instruída com o Boletim de Ocorrência, do acidente, Ficha de Atendimento Ambulatorial e demais fichas médicas, que comprovam o nexo entre as lesões sofridas pela requerente e o acidente de trânsito.

15. Por sua vez, o art. 4º, §3º do mesmo diploma nos indica a quem deve ser paga tal indenização:

Art. 4º (...)

§3º Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

16. Uma vez comprovada à existência do acidente de trânsito acima narrado, bem como das lesões suportadas pela Requerente oriundas do referido acidente, outra opção não restava a seguradora a não ser o pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, nos limites fixados pela lei.

17. Referida lei ordinária federal, com a alteração introduzida pela Lei 11.482/2007, no seu art. 3º, "II", determina que:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

18. Ressalta-se que o valor da indenização a ser pago deve também cumprimento à tabela legal, atualmente prevista em Lei, o que não se verificava anteriormente. Portanto, apenas se requer o cumprimento da lei, determinando que sejam atendidas as disposições legais.

19. Desta forma, as sequelas suportadas pela requerente (Fratura no Membro Superior Esquerdo), oriundas do acidente de trânsito, tornam o valor da indenização atribuída "ínfimo", uma vez que verificada a irreversibilidade de sua saúde normal. Vale observar a Tabela abaixo, que determina o quantum a ser pago de invalidez.

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	25
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	

Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

20. Ademais, verifica-se que a norma utiliza uma forma taxativa de quantificar as sequelas existentes, atribuindo a cada órgão ou membro um valor, no mínimo abstrato, uma vez que é impossível, no caso em tela, por exemplo, precisar que o requerente não sofreu lesão grave e irreparável em seu Membro Superior Esquerdo, que venha inclusive a comprometer toda a função.

21. Neste sentido, resta patente que a indenização por invalidez permanente no Seguro DPVAT corresponde a até a quantia de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, e levando-se em conta a aplicação da tabela acima, é fácil constatar que o requerente é merecedor de uma indenização de, no mínimo, **R\$ 9.450,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)**, uma vez que, para tais sequelas se atribui 70% (setenta por cento) do valor total.

22. Com isso, as sequelas que a requerente sofreu, decorrentes do acidente de trânsito, caracteriza-se como invalidez permanente, conforme foram reconhecidas pelos atendimentos e relatórios médicos (Docs. Anexo). Desta forma, a incapacidade da requerente a torna credora da quantia total indenizável, ao menos nos termos que determina a Lei vigente.

23. É imperioso destacar, ao fato de que a inexistência de Auto de Exame de Corpo de Delito ou Laudo Pericial no processo, não afasta o direito à complementação devida, já que é pacífica a jurisprudência dos tribunais, que o simples pagamento parcial da indenização, mediante processo administrativo, já é suficiente para a constatação de invalidez.

24. Exa., a própria seguradora efetuou indenização, incluindo a Requerente no rol dos beneficiários e a indenizaram nos termos do Art. 3º, II da Lei 6.194/74 (invalidez permanente) após realização de perícia médica pelo próprio convênio DPVAT, resta inequívoca a qualidade de inválida da

Requerente. Portanto, trata-se aqui apenas de matéria de direito, onde deve ser analisada a legalidade do ato normativo quantificador do instituto DPVAT.

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SEGURO (DPVAT). PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. FALTA DE LAUDO E DE EXAME DE CORPO DE DELITO. INCOERÊNCIA. O Laudo do Instituto Médico Legal não se faz imprescindível para a análise do caso em tela. (...) (Recurso Cível. Proc. Nº 2007.0029.9881-3/1. 2ª Turma Recursal dos Juizados Cíveis e Crimais do Estado do Ceará, Rel. Mário Parente Teófilo Neto)"

25. A seguradora Líder, por meio do sistema de acompanhamento do processo administrativo (Doc. Anexo), realizou o pagamento no dia 10 de outubro de 2016, na importância de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), valor este obtido mediante a aplicação dos percentuais estabelecidos pela resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, conforme demonstrativo da seguradora.

26. Atente-se Exa., que esse cálculo apresenta duas improbidades, senão vejamos:

I - O cálculo utiliza o percentual da tabela, demonstrada acima, que não traz justiça alguma em seu escopo;

II - De outra forma, mesmo se admitindo o fato da aplicação da referida tabela, deveria assim ser aplicado o percentual de 70% (setenta por cento), previsto para o tipo de lesão da requerente;

27. Dessa forma, levando-se em conta as impropriedades do cálculo realizado pela seguradora, é cristalino que a requerente é credora do valor de R\$ 9.450,00 e não de apenas R\$ 4.725,00, ou seja, sob todos os aspectos a indenização paga pela seguradora, foi realizada de forma incorreta.

28. Evidente assim o principal objeto da presente lide, que é a busca pelo correto pagamento do seguro, alicerçado juridicamente pelo entendimento acima exposto.

29. Nessa estreita, o valor que deveria ser pago era de R\$9.450,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), nos termos do art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74.

30. Resultante assim, para que possa evidenciar o distúrbio entre o valor pago e valor devido, vejamos a tabela abaixo:

Valor Legal (art. 3º, II da Lei 6194/74)	R\$ 9.450,00
Valor recebido em 16.08.2016	R\$ 4.725,00
Remanescente	R\$ 4.725,00

31. É notório que a requerente recebeu quantia inferior a qual tem direito, restando assim receber o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais) correspondente à diferença que a requerida indevidamente deixou de lhe pagar.

32. É de suma importância constar, ainda, que essa importância é devida mesmo que a beneficiária tenha assinado recibo dando plena quitação à requerida, o que de fato não ocorreu. Esse é o entendimento dos tribunais, senão vejamos:

TURMAS RECURSAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL.

SÚMULA Nº 14 - DPVAT

QUITAÇÃO – A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.

33. Por tais fundamentos, Excelência, constata-se claramente incontroverso o direito ora pleiteado, pelo que se espera seu pleno reconhecimento.

DO DANO MORAL

34. O Código Civil, normatiza a reparabilidade dos danos, causados por atos ilícitos, oriundos da ação, omissão, imprudência ou negligência do agente. Estando tais atos definidos pelo art. 186:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

35. Não obstante o artigo supra, o dever de indenizar é mesmo disciplinado pelo art. 927 do Código Civil de 2002.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

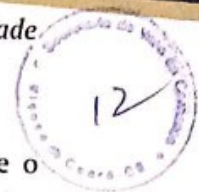
36. Então, o caráter indenizatório visa, precipuamente, amenizar, se é que isso é possível, as consequências do dano, sejam elas psíquicas ou econômicas.

37. Desta feita, existem circunstâncias em que o ato lesivo afeta a personalidade do indivíduo, a sua honra, seu bem-estar íntimo, seu brio, amor próprio, enfim, sua individualidade. Todavia, a reparação, em tais casos, reside no pagamento de uma pecúnia, alvitrada pelo juiz, que possibilite ao lesado uma tentativa de satisfação compensatória da sua dor íntima.

38. A ilustre civilista, Maria Helena Diniz, se manifestou sobre o tema:

“A reparação do dano moral cumpre, portanto, uma função de justiça corretiva ou sinalagmática, por conjugar, de uma só vez, a natureza satisfatórias da indenização do dano moral para o lesado, tendo em vista o bem jurídico danificado, sua posição social, a repercussão do agravo em sua vida privada e social e a natureza penal da reparação para o causador do dano, atendendo a sua situação

econômica, a sua intenção de lesar, a sua imputabilidade etc."



39. Assim sendo, ante o caso em questão, evidencia-se que o patrimônio moral da autora foi realmente ofendido e merece uma reparação. Embora a indenização não consiga desfazer o ato ilícito, não restam dúvidas de que possui um caráter paliativo e consolador.

40. O ato da Seguradora/requerida, mesmo diante de todas as medidas tomadas pela requerente durante o processo administrativo, quedou-se em submeter esta a uma situação de estresse constante, indignação e constrangimento, se negando assim a realizar a reparação do dano em detrimento do que preconiza a lei vigente, não restando outra alternativa senão valer-se do judiciário para a obtenção de sua pretensão.

DA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

41. Tendo em vista a natureza do direito e demonstrando espírito conciliador, o requerente desde já, nos termos do art. 334 do NCPC/2015, manifesta interesse em auto composição, aguardando a designação de audiência de conciliação.

DA JUSTIÇA GRATUÍTA

42. Inicialmente, REQUER, a V.Exa., sejam deferidos os benefícios da gratuidade da justiça, com fulcro na Lei 1.060/50 c/c os arts. 98 e ss do NCPC/2015, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de seus filhos, conforme declaração de pobreza que instrui a exordial.

4. DOS PEDIDOS

43. Ante todo o exposto, vem a parte Requerente pugnar pelos seguintes pedidos:

f

- 13
- a) PRELIMINARMENTE, o benefício da justiça gratuita, por não ter condições de arcar com as custas processuais e demais despesas oriundas do presente feito, conforme declaração em anexo;
 - b) Designação de audiência conciliatória, com a consequente citação/intimação da Requerida para comparecer ao referido ato e, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena das cominações legais;
 - c) Julgamento procedente do presente feito em todos os seus termos, condenando a Promovida ao pagamento do valor remanescente a que tem direito a parte Autora, no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais, correspondente ao valor máximo indenizável, tudo consoante ao que determina a tabela anexa à Lei nº 6.194/74;
 - d) A condenação da parte Requerida em danos morais, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), referente aos danos causados a Requerente;
 - e) A condenação da parte requerida em honorários advocatícios, em não menos que 20% (vinte por cento).

Requer e Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, com documentos juntos, testemunhas a serem arroladas posteriormente, juntada posterior de documentos e demais que se fizerem necessárias para o deslinde do feito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 14.725,00 (quatorze mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Pede e Espera Deferimento.
Viçosa do Ceará/CE, 27 de outubro de 2017.


p.p. Dr. Carlos Antonio Brito de Oliveira
OAB/CE nº 31.972

Dr. Nathaniel Mendes de Vasconcelos
OAB/CE nº 34.325.

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA" E "ET EXTRA"

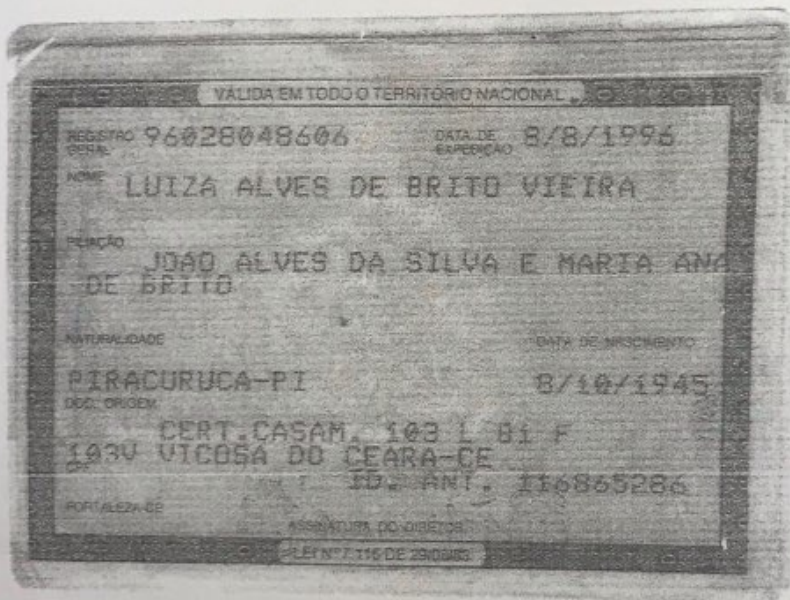
OUTORGANTE(S): Luzia Alves de Brito União
brasileiro(a), empregada (estado civil), apresentada (profissão),
portador (a) da cédula de identificação RG nº 9 6028048606,
devidamente inscrito no CPF sob nº 506.274.573-04 residente e
domiciliado no Sítio Fica da União
Viçosa do Ceará.

OUTORGADO(S), **CARLOS ANTONIO BRITO DE OLIVEIRA**, brasileiro,
casado, advogado inscrito na OAB/CE sob o N° 31.972 e **NATHANIEL MENDES**
DE VASCONCELOS, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/CE sob o
n° 34.325, ambos com escritório situado à Rua Padre José Beviláqua, n° 022, Bairro
Centro, Viçosa do Ceará/CE, CEP 62300-000.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui
seu bastante procurador e advogado, o outorgado acima qualificado, para o fim
de representá-la com amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad
judicia" e "et extra", em qualquer Fórum ou Tribunal, órgão ou instância
administrativa Federal, Estadual ou Municipal, podendo propor contra quem de
direito as ações cabíveis e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até
final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s),
ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromissos
ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta na pessoa
de outrem, com ou sem reservas de iguais poderes dando tudo por bom, firme e
valioso.

Viçosa do Ceará/CE, 19 de junho de 2017.

Luzia Alves de Brito União
(nome)
CPF nº 506.274.573-04



16

MINISTERIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

Nome
LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA

Ng de inscrição
506274573-04

Data do Nascimento
08/10/45



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FISICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura
LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA
LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA

S
E
R
V
I
C
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 02/11/94

Nº DO CLIENTE
125587-8

Para aplicar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.848-3

coelce

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA | GRUPO B-1 SÉRIE B-4 | Nº
Rota 21 31143 02 044250 - 4 Data de Emissão 29/06/2016

Nome FRANCISCA MORAI VIEIRA
End. Postal ST JUA DOS VIEIRA 00000
OESTE - VICOSA CEARA - 62300000

Medidor 5097750
Classe 04-RURAL MONOFASICO
RG / CPF / CNPJ 000000007591
Nome do Responsável

Poste 0000 0000
Fator de Potência 0,00
CGF

DATAS
Mês de Referência Jul/2016
Data da Apresentação 29/06/2016
Previsão Próxima Leitura 29/07/2016

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO
Veja a legenda no verso desta conta.
Conjunto VICOSA DO CEARÁ
Mês Mai/2016 EUSD 19,26
DICI = 0,00 P

ITEMS
Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do imposto
ISENTO

Apuração Individual
Mensal Trim. Anual Mensal Trim. Anual
DIC 10,73 21,46 42,92 1,93 0,00 0,00
FIC 7,59 15,19 30,39 1,00 0,00 0,00
DMIC 5,78

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL
4718.5F24.0347.FEAC.01E4.5864.890F.BFF1

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO
Leit. Atual 37435 Leit. Anterior 37250 Const. 1,00 Consumo (KWh) 185 Cons. Incl. 0,00 Cons. Fat. 185 Tarifa (R\$/KWh) 0,35000 Valor (R\$) 64,90
29/06/16 31/05/16 29 DIAS 185 64,90
VALOR (R\$)
DESCRICAO VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES 64,90
MULTA MORATORIA REF 04/2016 0,93
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 6,81

VENCIMENTO 02/08/2016

TOTAL A PAGAR (R\$) 72,64

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia 39,50
Perdas 0,20
Distribuição 13,00
Encargos Setoriais 1,14
Tributos (TOM, PIS, COFINS) 0,35
TOTAL 64,90

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

142	185	141	136	143	216	141	100	145	88	147	111	152
MEI	JUN	MAI	ABR	MAR	FEV	JAN	DEZ	NOV	OCT	SET	AUG	MAI

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (Kg/KWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica através do Ecoelce.
Emitido kg(CO₂) 79,96 Compensado kg(CO₂) 0,00
Consciência Ecológica (% CO₂) 0

Informações importantes e avisos de vencimento

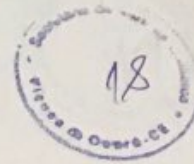
CONTAS EM ATRASO

Previsão Aviso
NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
Prezado Cliente, constata-se em nossos controles contábeis em atraso.
Devido o cancelamento do Débito, o não pagamento da dívida implica
na possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias
após a entrada desta, conforme previsto na Res. ANCEL 414/10, Arts.
1º e 2º, como a gente age informando aos GRUPOS DE PROTEÇÃO

DEBITOS ANTERIORES
Mes/Ano Valor R\$
04/2016 52,02
05/2016 21,17
Total 103,13

Declaração de Residência

(Lei nº 7.115/53)



Eu, Luiz Alves de Brito Vieira, abaixo assinado,
brasileiro(a), estado civil casado, profissão apostolado
portador(a) do RG nº 9 602 804 8606 SSP/CE e CPF nº
506.274.573-04, filho de pai João Alves da Silva
e mãe Maria Ana de Brito DECLARO, para os
devidos fins, conforme artigo 1º da Lei 7.115/83, que sou residente e
domiciliado na Sítio Juá dos Velhos, nº 911 bairro
ruel, na cidade de Vicosa do Ceará-CE, ponto de
referência (próximo à) tomas da oxirina.

DECLARO ainda ser conhecedor das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte
estritamente a verdade.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para que
surta seus efeitos legais.

Vicosa do Ceará - CE, 01/01 /20 17.

Luiz Alves de Brito Vieira



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu Luiza Alves de Brito Vieira
nacionalidade brasileira, estado civil casada
profissão apresentadora, RG nº 96028048606 SSP/CE
CPF nº 506.274.573-04 residente e domiciliado(a) na
Sítio São dos Viúvas, nº 514 bairro rural
na cidade de Vicosa do Leão, venho por meio desta, Declarar, nos
termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para todos os fins de direito, que
não possuo condições financeiras de arcar com o pagar com o pagamento de custas
processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais sem prejuízo próprio
e familiar, vindo requerer perante este Nobre Juízo, os benefícios da Justiça Gratuita
sob as penas da Lei.

Declaro ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso
inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplina no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Vicosa do Leão - CE, 12 de junho de 2017.

Luiza Alves de Brito Vieira

Assinatura

DELEGACIA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ

BOLETIM DE Ocorrência Nº 570 - 1363 / 2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **18/08/2016 10:28:54**
Data / Hora da Ocorrência: **01/07/2016 21:00:00**
Endereço da Ocorrência: **SITIO JUA DOS VIEIRAS**
Complemento:
Bairro: **ZONA RURAL**
Ponto de Referência: **PROXIMO AO MERCADINHO POPULAR**

Município: **VIÇOSA DO CEARÁ/CE**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA**
Nascimento: **08/10/1945** CPF: **506.274.573-04**
RG: **96028048606** Órgão Emissor: **SSP**
Filiação: **MARIA ANA DE BRITO**
JOÃO ALVES DA SILVA
Endereço: **SITIO JUA DOS VIEIRAS**
Bairro: **JUA DOS VIEIRAS**
Município: **VIÇOSA DO CEARÁ/CE**
País: **BRASIL**

UF: **CE**

CEP: **62.300-000**

Telefone: **(86) 99946-9409**

Histórico

A VITIMA AFIRMA QUE NO LOCAL E DATA SUPRACITADOS, VINHA DA IGREJA QUANDO AO ATRAVESSAR A RUA, FOI SURPREENDIDA POR UMA MOTOCICLETA DE MARCA/MODELO, PLACA E CONDUTOR NÃO INFORMADO, QUE COLIDIU CONTRA A VITIMA, FICANDO A MESMA COM LESÕES CORPORAIS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO, CONFORME OS DOCUMENTOS EM ANEXO, ESTE B.O. É PARA FINS DE DPVAT.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO

RAIMUNDO KENAN SARAIVA DE OLIVEIRA NETO - MAT.: 4048991

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Luiza Alves de Brito Vieira

VISTO DO DELEGADO(A):

GREGORIO JOSE DE OLIVEIRA NETO - MAT.: 198805-1

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160606263 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO UNIÃO SEGURADORA S/A -
VIDA E PREVIDÊNCIA

BENEFICIÁRIO LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA

CPF/CNPJ: 50627457304

Posição em 19-10-2016 12:25:01

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 4.725,00

BOLETIM DE ATENDIMENTO

Por: SIMONE MARIA DE OLIVEIRA

Data: 13-07-2016 Hora: 08:49

Incluído/Atualizado por: SIMONE

12599

LUISA ALVES DE BRITO VIEIRA

SUS: 706400602358280

Sexo: FEMININO

Civil: CASADO

Cidade: FIRACURUCA

CEP: 96028048606

Distrito: JUA DOS VIEIRAS

End: RUA RURAL

BAVEL: ()

Data de Nascimento: 08-10-1945

Pai: JOAO ALVES DA SILVA

Cor:

Nacionalidade: BRASILEIRO

CPF: 50627457304

Número:

Cidade: VICOSA DO CEARA (CE)

DOCUMENTO:

Prontuário: 8593

Idade: 70a 09m 05d

Ocupação:

FONE: C

SisPrénat: /-..

al:

CEP: 62300000

CPF:

SUS - PRONTO ATENDIMENTO

Especialidade:

30 x 40 mmHg PULSO: [] TEMP: [] PESO: [] ESTATURA: []

COMPLEMENTARES: [] RAIOX [] SANGUE [] URINA [] TC

[] LIQUOR [] EG [] ULTRASONOGRAFIA

DATA DE VIOLÊNCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NÃO

DATA PRIMEIROS SINTOMAS:

CLINICOS: Paciente relata que sofreu interrelacionamento por meio no dia 01/07/16 e evolui com dor em HTE.



A presente fotocópia contém com o original exibido nesta nota Dou- da verdade. Em testemunho

29 JUL 2016

VALDO NOGUEIRA - PRESIDENTE
DAYANNE MARIA BEVILÁQUA NOGUEIRA - 1ª. S. SUBST.
SOCORRO EDNA BEVILÁQUA NOGUEIRA - 2ª. S. SUBST.
ANTONIO CARLOS BEVILÁQUA NOGUEIRA - ESCR. SUBST.
JOÃO EDNA NOGUEIRA - ESCR. AUTORIZADO
VIA FOTOCOPIA COM O Selo de Autenticidade

STICO: Politécnica

ICAO: Volareu 75-1 IM.

CID:

HORARIO DE MEDICAÇÃO:

Wailson Kleiman Rodrigues de Oliveira
Farmacêutico de Enfermagem
COREN: 425727

SAÍDA: / /

HORA DA SAÍDA:

DECISÃO MÉDICA [] A PEDIDO [] EVASÃO [] DESISTÊNCIA [] ENCAMINHADO AO AMBULATÓRIO

RAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

PRESENCIA (UNIDADE DE SAÚDE):

ATE 48HS [] APÓS 48HS [] FAMÍLIA [] IML [] ANATOMIA PATOLÓGICA

Dra. Karen dos A. Soares
Médica
CREMEC: 16890

Assinatura do paciente/responsável

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

FICHA DE REFERÊNCIA



MA ÚNICO DE SAÚDE - SUS / CEARÁ

de Origem: HMMVC
Sanitário: _____

Município: _____

Luiza Alves de Brito Vieira
Data de Nascimento: 08/10/45

Prontuário Nº: _____

Ocupação: _____
Tipo: Jur. dos Vícios

Município: Vicosa do Ceará Fone: _____

do Encaminhamento: Parente, vítima de atropelamento por moto, apresentando deformidade em punho com lesão + edema. Consulta realizada da traumatologia

Exame(s): _____

Exame já Realizada: _____

Exatidão Diagnóstica: Fx exposta de punho (E)

Silvana Maria Carneiro Fontenele
Secretária de Saúde
CPF: 293.310.483 - 00

[Assinatura]
Assinatura do Encaminhante - Nº Registro: 17470

medico
Função

01/07/16
Data

Hora

AGENDAMENTO

Encaminhamento para Atendimento: _____

☐ Ambulatorial

☒ Hospitalar

☐ Auxílio Diagnóstico

Profissional: _____

Endereço de Referência: São Carlos Linguagem

Função

Data

Hora

Assinatura do Encaminhante - Nº Registro: _____

FICHA DE CONTRA-REFERÊNCIA(*)

Endereço de Referência: _____

Prontuário Nº: _____

Data da Alta: ____/____/____

Município: _____

Exame Clínico / Cirúrgico: _____

Exame(s): _____

Diagnóstico: Principal

Secundário 1

Secundário 2

CID: _____

CID: _____

CID: _____

Indicação de Consulta para seguimento: _____

Problema justificou a referência? Sim ☐ Não ☐ O motivo da referência coincide com o diagnóstico? Sim ☐ Não ☐

Assinatura do Consultante - Nº Registro: _____

Função

Data

DE BENEFICENTE SAO CAMILO
MATERNIDADE MADALENA NUNES
- CE
atendimento - EMERGENCIA

128821
Petrônio de Souza
Técnico em Radiologia

Ax Realzad

DADOS DO PACIENTE

Atendimento 0003	Nome do Paciente LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA	CNS 706400602358280	Guia de Autorização 25
CPF: 506.274.573-04	Estado Civil Casado(a)	Sexo Masculino	
Local VICOSA DO CEARA/CE	Mãe MARIA ANA DE BRUITO	Idade 70 Ano(s)	
Bairro Z, RURAL	CEP 62300-000	Município VICOSA DO CEARA	UF CE
Empresa CPF: 50627457304	Cônjuge FRANCISCO MORAIS VIEIRA	Telefone 86 98082589	
CPF do Responsável 018.417.803-75	Endereço SITIO JUA DOS VIEIRAS, SN	Município VICOSA DO CEARA	UF CE

DADOS DO ATENDIMENTO

Matrícula	CID
CRM/UF 13886/CE	Tipo Atendimento ENCAMINHADO P/CONSULTA
Funcionário GERALDO SILVA DO NASCIMENTO	
Data/Hora Liberação / / às hs.	Tipo de Saída () Alta () Internação () Óbito

Altura (cm)	T (°C)	P (bpm)	R (mpm)	PA (mmHg)
	36,2	78	20	110x60

Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

quase no sob

do pulso ⑤.

h. fricção distal
s/dentes

ACE em 1º e 2º

cf curvatura
meio

tal no pulso

h. pulso ⑤ AP+P

Dr. Danilo Conserva Arruda
ORTOPEDIA E TRAUMA
CRMCE 16409

Dr. Danilo Conserva Arruda
ORTOPEDIA E TRAUMA
CRMCE 16409

FILPE FURTADO VIANA - CRM: 13886

maria Laci de B
Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: ROSANA DE BRITO VIEIRA

DADOS DO PACIENTE

Nome do Paciente: LUIZA ALVES DE BRITO VIEIRA
CPF: 506.274.573-04
Local: VICOSA DO CEARA/CE
Mãe: MARIA ANA DE BRITO
CEP: 62300-000
Município: VICOSA DO CEARA
Estado Civil: Casado(a)
Sexo: Masculino
Idade: 70 Ano(s)
Telefone: 86 98082589

DADOS DO ATENDIMENTO

Convenção: SUS
Hora: 07:08
CRM/UF: 16409/SP
Tipo Atendimento: RETORNO
Funcionário: LARISSA MORAIS DE AGUIAR
CID:
Data/Hora Liberação:
Tipo de Saída: () Alta () Internação () Óbito
Altura (cm):
T (°C):
P (bpm):
R (mpm):
PA (mmHg):

Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

hist: 1 & oliv
Fimbr E

Ex radio distal (E)
c/ encurtamento
c/ gesso sobre o pé

Dr Danilo Conserva Arruda
ORTOPEDIA E TRAUMA
CRM/CE 15409

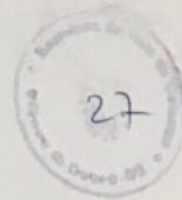
21/09/2016

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: ROSANA DE BRITO VIEIRA

87161438



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
VARA UNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ



Data - Hora
10/11/2017 -
20:18

Termo de Registro e Autuação



Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo

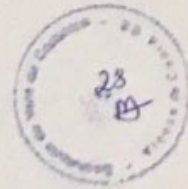
Protocolo Único	14243-50.2017.8.06.0182 / 0 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Nr. Volumes	1
Autuação	10/11/2017
Assunto(s)	SEGURO
Natureza	CÍVEL
Just. Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARA ÚNICA / 1A. VARA - INTERIOR

Partes

Nome	
Requerente :	LUZIA ALVES DE BRITO VIEIRA
Rep. Jurídico :	31972 - CE CARLOS ANTONIO BRITO DE OLIVEIRA
Requerido :	SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A

VIÇOSA DO CEARÁ (COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ), 10 de Novembro de 2017

Responsável



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA ÚNICA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
FÓRUM DESEMBARGADORA ÁGUEDA PASSOS RODRIGUES MARTINS

Pça. Destrino Carneiro Passos, s/n - Centro - Viçosa do Ceará-CE, CEP 62.300-000 - Fone/Fax (88)3632-1187 E-mail: viçosa@tjce.jus.br

Processo:

14243-50.2017 .8.06.0182

DECISÃO (MODELO 03 - DIA 13/03 PELA MANHÃ)

I MUTIRÃO DPVAT 2018

R.h.

Entendo como necessário o exame pericial, com a finalidade de aferir se houve sequela permanente decorrente de acidente automobilístico e qual o seu grau, conforme tabela constante no anexo da Lei n.º 6.194/74.

Por se tratar de perícia que aparentemente não requer conhecimentos específicos de medicina legal, e considerando que a Lei n.º 6.194/74 não menciona como atribuição dos IMLs a perícia em âmbito de processo judicial, entendo sem razão plausível a submissão do autor a perícia no IML, órgão já sobrecarregado com suas atribuições face a perícias voltadas a instruir os procedimentos criminais. Ademais, a ausência de prévio exame pericial no âmbito do IML pode perfeitamente ser suprida por laudo pericial elaborado por expert da confiança do Juízo.

Determino, portanto, que a secretaria inclua o presente feito no I Mutirão de Perícias e Conciliações do Seguro DPVAT, desta comarca, ano 2018, a realizar-se nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de março de 2018, nos termos da Portaria n.º 18/2017 desta Vara. Deverá a secretaria indicar e entrar em contato com perito credenciado pelo TJCE, recaiando o ônus da prova pericial sobre o promovido, nos termos do art. 373, § 1º c/c art. 95 do CPC, por ser a parte ré capaz de se desincumbir da produção da prova, haja vista que o autor é hipossuficiente. Os quesitos do Juízo são os seguintes:

1. O(a) periciado(a) sofreu danos corporais causados por veículo automotor de via terrestre ou por sua carga?
2. Em caso positivo, quais?
3. Os danos causaram invalidez permanente? Descrever.
4. Se houve invalidez permanente, é total ou parcial? Descrever.
5. No caso de invalidez parcial, foi ela completa ou incompleta? Descrever
6. No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão foi intensa, média ou leve?

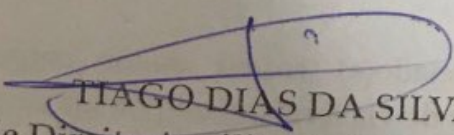
7. Se houve invalidez permanente, enquadre a situação do periciado na tabela constante do anexo da Lei n.º 6.194/74.
8. Outros quesitos formulados pelas partes.

Intimem-se as partes, por seus advogados, via Dje. Caso não haja advogado constituído, intime-se por via postal. Caberá ao respectivo advogado entrar em contato com a pessoa a ser periciada, para comparecimento. Ficam as partes intimadas a comparecer neste fórum, devendo a autora estar munida de documento de identificação com foto, no dia 13/03/2018, no período da manhã (comparecimento às 08:00h, com atendimento por ordem de chegada, ressalvadas as prioridades legais). No caso de não comparecimento injustificado do autor, haverá preclusão da prova pericial e julgamento do processo no estado em que se encontra. Não comparecendo o autor, aguarde-se o prazo de 05 dias, para eventual justificativa, retornando os autos conclusos logo após, para se comprovando o falecimento da pessoa acidentada, retire-se o feito de pauta, retornando à conclusão. Caso não haja transação, as partes deverão se manifestar sobre o laudo pericial produzido e outras questões de fato e de direito, no prazo comum de 15 dias úteis (art. 477, § 1º do CPC) a contar da audiência de conciliação. Não tendo sido concedido ainda à promovida o prazo para contestação, este fluirá da data da audiência, caso não haja transação. Eventuais questões preliminares ou prejudiciais pendentes de apreciação serão decididas após o prazo para manifestação sobre o laudo, com fulcro nos princípios da eficiência e economia processual e no disposto no art. 139, VI do CPC. Podem as partes a contar da intimação desta decisão, no prazo de 15 dias úteis, apresentar quesitos, indicar assistentes técnicos e formular impugnação (art. 465 do CPC).

Ficam as partes cientes de que os peritos credenciados para atuar no respectivo mutirão são os seguintes: 1. Dr. Antônio Enéas Rodrigues Bezerra de Menezes (médico); 2. Dr. Francisco Ivo de Vasconcelos (médico); 3. Dr. José Aldemar Vasconcelos Cisne Júnior.

No mês anterior às audiências, oficie-se às emissoras de rádio locais, solicitando que informem ao público acerca do mutirão. Expedientes necessários, a cargo da Supervisora desta Vara Única. Caso necessário, servirá cópia desta decisão como mandado de intimação.

Viçosa do Ceará/CE, 23 de novembro de 2017.


TIAGO DIAS DA SILVA
Juiz de Direito Auxiliar da 8ª Zona Judiciária
(respondendo)



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ




CERTIDÃO

CERTIFICO que este processo foi retirado do MUTIRÃO
DPVAT, devido e-mail adiante da Seguradora Líder.

O referido é verdade e dou fé.

Viçosa do Ceará, 02 de Março de 2018.


Rita Dalila Alves Otaviano
Supervisora de Entrância Intermediária

Responder Responder a Todos Encaminhar

[Considerado SPAM] RES: MUTIRÃO DPVAT URGENTE

Felipe Urbano [felipe.urbano@seguradoralider.com...]



Para: COMARCA DE VICOSA DO CEARA
Cc: André Menezes [andre.menezes@seguradoralider.com.br];
Paulo Leite [pauloleite@seguradoralider.com.br];
Philippe Rocha [philippe.rocha@seguradoralider.com.br]; Vania Beatriz [vania@seguradoralider.com.br]
Anexos: MUTIRÃO DPVAT.odt (40 KB)

sexta-feira, 23 de fevereiro de 2018 15:15

Esta mensagem foi enviada com prioridade alta.
O remetente da mensagem solicitou uma confirmação de leitura. Clique aqui para enviar uma confirmação.
Você respondeu em 26/02/2018 13:31.

Prezada Dra. Rita, boa tarde!

É com muita satisfação que recebemos o interesse dessa Comarca pela realização de Evento Conciliatório.

Todavia, após consulta da pauta encaminhada, dos 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) processos listados, identificamos que em 237 (duzentos e trinta e sete) processos ainda não há citação (sinalizados no arquivo em anexo).

Considerando não termos autorização institucional e regulatória para trabalhar em processos sem citação e, ainda, por não haver tempo hábil até a ocorrência do evento para o devido cadastramento e análise dos mesmos (necessário para o correto atendimento às vítimas), solicitamos que os referidos processos sejam incluídos em pauta futura (a ser agendada após o recebimento de todas as 237 citações por esta cia.).

Vale salientar que a pauta com os demais 318 (trezentos e dezoito processos) pode ser mantida. Contudo, sugerimos reduzir o evento em um dia, uma vez que a quantidade de processos remanescentes se encaixa bem em 04 (quatro) dias de evento.

Como sugestão para o evento dos 237 (duzentos e trinta e sete) processos pendentes de citação, temos que o ideal é definir no mínimo 24 (vinte e quatro) e no máximo 30 (trinta) perícias por dia por médico perito. E que a quantidade de bancas seja a mesma que a quantidade de peritos (por exemplo: 3 peritos = 3 bancas).

Manifestamos votos de estima e consideração e ficamos no aguardo de seu retorno com comentários.

Atenciosamente,

Felipe Urbano

Gerência Jurídica do Contencioso
felipe.urbano@seguradoralider.com.br
Tel. 55 21 3237-7200 | Ramal 4305

<https://webmail.tj.ce.gov.br/owa/vicosa@tjce.jus.br/?ae=Item&a=Open&t=IPM.Note&id...> 02/03/2018



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Viçosa do Ceará

Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará

Praça Destino Carneiro Passos, S/N, Fórum Desembargadora Águeda Passos, Centro - CEP 62300-000,
Fone: (88) 3632-1187, Viçosa do Ceará-CE - E-mail: vicosa@tjce.jus.br Viçosa do Ceará

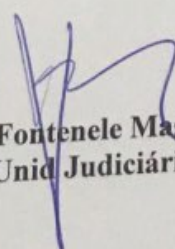
CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: 0014243-50.2017.8.06.0182
Apenso: Processos Apenso << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
Requerido: Luzia Alves de Brito Vieira e outro
:

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Lider Consorcios de Seguro Dpvt S.a**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr(a). Moisés Brisamar Freire**, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Viçosa do Ceará, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. de todo o conteúdo da petição, cuja cópia segue anexa, como parte integrante desta carta, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15 dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s), ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento.

Viçosa do Ceará/CE, 28 de fevereiro de 2019.


Aurélio Fontenele Magalhães
Supervisor de Unid. Judiciária / Substituto

Sr(a).
Seguradora Lider Consorcios de Seguro Dpvt S.a
AV. SENADOR DANTAS, 74, 3º ANDAR, N/I, CENTRO
Rio De Janeiro-RJ
CEP 20031-205

AE. 3474888